

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP

PORTARIA Nº _____, DE _____ DE _____ DE 2003

Regulamenta os critérios tarifários para o transporte dutoviário de gás natural.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, no uso das atribuições legais, considerando o disposto no artigo art. 8º, inciso VI, da Lei n.º 9.478, de agosto de 1997, com base na Resolução de Diretoria n.º _____, de _____ de _____ de 2003, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Constitui objeto da presente Portaria o estabelecimento dos critérios para cálculo de tarifas de transporte dutoviário de gás natural.

Art. 2º As definições contidas na Portaria ANP n.º XXXXXX, que regulamenta o livre acesso às instalações de transporte dutoviário de gás natural, ou outra que venha a substituí-la, ficam incorporadas a esta Portaria.

Art. 3º As tarifas de transporte de gás natural não implicarão tratamento indevidamente discriminatório ou preferencial entre usuários.

Art. 4º As tarifas aplicáveis a cada serviço e/ou carregador serão compostas por uma estrutura de encargos relacionados à natureza dos custos atribuíveis a sua prestação, devendo refletir:

I. Os custos da prestação eficiente do serviço;

II. Os determinantes de custos, inclusive percurso, capacidade e diferença de pressão entre pontos de recepção e entrega, observando a responsabilidade de cada carregador e/ou serviço na ocorrência desses custos e as qualidades relativas entre os tipos de serviço oferecidos; e

III. Os Princípios e Objetivos da Política Energética Nacional, além da busca de competitividade e do desenvolvimento da indústria de gás natural.

Art. 5º A tarifa do serviço de transporte firme será estruturada, no mínimo, com base nos seguintes encargos:

I. Encargo de capacidade de entrada: destinado a cobrir os custos fixos relacionados à capacidade de recepção, as despesas gerais e administrativas e os custos fixos de operação e manutenção;

II. Encargo de capacidade de transporte: destinado a cobrir os custos de investimento relacionados à capacidade de transporte;

III. Encargo de capacidade de saída: destinado a cobrir os custos fixos e os custos de operação e manutenção relacionados à capacidade de entrega;

Argumentos:

Os custos incrementais de O&M associados a uma nova Estação de Entrega, por exemplo, devem ser recuperados pela Tarifa de Saída, uma vez que não estarão computados na Tarifa de Entrada anteriormente calculada.

IV. Encargo de movimentação: destinado a cobrir os custos variáveis com a movimentação de gás.

Art. 6º A tarifa do serviço de transporte interruptível será estruturada com base em um único encargo volumétrico, cujo valor será estabelecido em função da probabilidade de interrupção e demais condições deste serviço, tomando como referência o serviço e transporte firme.

Art. 7º As tarifas propostas para serviços diversos dos serviços de transporte firme e interruptível terão por referência a tarifa do serviço de transporte firme, observado o disposto no art. 4º desta Portaria.

Art. 8º A tarifa mínima para a capacidade de transporte adicional, criada a partir de investimentos em expansão da infra-estrutura de transporte, será igual ao maior valor entre a tarifa compartilhada, calculada com base na capacidade e nos custos associados à instalação de transporte existente e à sua expansão, e a tarifa incremental, calculada com base na capacidade e nos custos adicionais associados apenas à expansão da instalação de transporte.

Parágrafo único: No caso da adoção da tarifa compartilhada, as tarifas dos contratos firmes existentes antes da referida expansão serão ajustadas de modo a observar a redução do custo unitário de transporte.

Art. 9º O transportador repassará a todos os carregadores firmes:

- I. ~~-90~~75% (setenta e cinco por cento) do resultado da venda de serviços de transporte interruptíveis, decorrentes da utilização de capacidade ociosa de transporte, descontados os tributos a serem recolhidos, aplicáveis a cada Carregador, de forma proporcional às capacidades ociosas utilizadas nos contratos de transporte firme existentes ~~ociosidade de cada contrato no correspondente trecho utilizado;~~
- II. 50% (cinquenta por cento) do resultado da venda de serviços de transporte firme não prevista por ocasião do cálculo tarifário original, descontados os tributos a serem recolhidos, de forma proporcional às Capacidades Contratadas de Transporte de cada Carregador; e

- III. 50% (cinquenta por cento) do resultado da venda de outros tipos de serviços, que não o serviço de transporte firme e interruptível, de forma proporcional às Capacidades Contratadas de Transporte de cada Carregador.

Argumentos:

Entendemos que:

(i) no item I., a manutenção pelo Transportador de 75% para STNF, está mais em linha com o atual estágio de maturação de nossa indústria e com os riscos associados ao serviço. Ressalta-se que o Transportador tem no serviço de transporte não firme uma das únicas oportunidades de receitas adicionais, dado o modelo de regulamentação adotado no país. Adicionalmente, a forma de alocação deve ser proporcional às capacidades ociosas utilizadas, que nos parece mais claro do que a forma proposta.

(ii) Incluímos no item II. e III., duas outras situações possíveis, bem como a proposta de repasse associada, que garante benefícios para o sistem.

(iii) Nos casos II e III envolvem mais riscos para o transportador, devendo portanto este último uma remuneração compatível com o risco relativamente mais elevado que aqueles do item I.

Art. 10 As reduções nas tarifas de transporte previstas nesta Portaria estarão condicionadas à comprovação, por parte do carregador, do repasse integral ao preço de venda do gás, caso este seja comercializado.

Art. 11 As tarifas aplicáveis a qualquer tipo de serviço de transporte de Gás Natural deverão ser comunicadas à ANP e divulgadas ao mercado.

Art. 12 O descumprimento do disposto na presente Portaria implicará as sanções administrativas previstas na legislação aplicável.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Diretor-Geral